

FOCO NO PLANALTO

Notas sobre a semana de 2 a 5 de janeiro, em Brasília.

LULA INICIA O ANO COMPRANDO NOVA BRIGA COM O CONGRESSO.

A Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) para 2024 foi publicada nesta terça (2) com vetos sobre pontos importantes para os parlamentares. Entre os trechos vetados estão i) o que obrigava o empenho de recursos para pagamento das emendas impositivas em até 30 dias depois o envio das propostas; e ii) o que determinava o pagamento de emendas transferidas na modalidade fundo a fundo (da União para os entes federados) nas áreas de saúde e assistência social ainda no primeiro semestre.

Tais dispositivos haviam sido celebrados como conquistas importantes pelos parlamentares, seus vetos devem gerar reações negativas. Essas inovações fazem parte de um processo elevação do poder do Poder Legislativo frente ao Poder Executivo, ao dar maior garantia e previsibilidade do empenho dos recursos relacionados às emendas dos parlamentares – *reduzindo, assim, a discricionariedade do Executivo na aplicação desses recursos*. Além disso, a intenção era garantir maior exposição política positiva dos parlamentares antes do início da campanha eleitoral de 2024.

Note-se que, visando garantir maior governabilidade e vitórias em votações importantes, o Governo Lula tem se apoiado

muito na distribuição dessas emendas. Segundo dados da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI), até 28 de dezembro, o governo empenhou R\$ 34,681 bilhões em emendas parlamentares – *mais do que o dobro do valor empenho pelo Governo Bolsonaro no mesmo período de 2022: R\$ 16,824 bilhões*. Assim, qualquer perda nesse processo de negociação com o parlamento é vista como um grande risco para a governabilidade pelo Executivo.

A ação se soma as dificuldades de entendimento entre o Palácio do Planalto e o Congresso, que vem gerando manifestações de descontentamento pelos parlamentares nos últimos meses. Na última semana, foi publicada Medida Provisória liderada pelo ministro **Fernando Haddad** (Fazenda) que altera substancialmente a política da desoneração – *com a mudança da lógica de funcionamento, redução do potencial de benefícios e retirada de setores econômicos* – e ainda promoveu a reoneração do setor de turismo e eventos com a redução gradual dos benefícios do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse). O ato foi recebido com bastante crítica pelos parlamentares, que articulam a possibilidade de devolução da Medida Provisória. Na última semana, o presidente do Congresso Nacional, senador **Rodrigo Pacheco** (PSD/MG), afirmou que irá avaliar essa possibilidade após consultar os líderes partidários.

Destaque da Semana

Terça

- Tomam posse como diretores de Assuntos Internacionais e de Administração do Banco Central, respectivamente, os economistas **Paulo Picchetti** e **Rodrigo Alves Teixeira**

Semana

- **Recesso Parlamentar** até 2 de fevereiro de 2024.

Poder Executivo

Presidência da República

Secom
Secretaria de Comunicação Social

Agenda do ministro – **Paulo Pimenta** concedeu, nesta terça (2), entrevista ao programa UOL News, onde falou dos planos da pasta para aprimorar a comunicação institucional do Governo Federal, para fazer frente às novidades tecnológicas; indicações ao Supremo Tribunal Federal (STF); combate à desinformação; os atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023; reinserção do Brasil na arena política internacional; a agenda do Governo Federal para 2024; e eleições municipais.

MF

Ministério da Fazenda

Agenda internacional

- ✓ Mônaco (Mônaco) – “*Confidentiality and Data Safeguards Assessment*”

BACEN
Banco Central do Brasil

Balança Comercial – Para o saldo da balança comercial, a projeção em 2023 caiu, com o superávit estimado saindo de US\$ 81,40 bilhões para um saldo positivo de US\$ 81,30 bilhões. A estimativa para 2024 também recuou, de US\$ 71,00 bilhões para US\$ 70,50 bilhões, enquanto a de 2025 continuou em US\$ 66,59 bilhões. A estimativa para 2026 encolheu de US\$ 70,00 bilhões para US\$ 68,50 bilhões.

Boletim Focus – Para o IPCA, a expectativa do mercado para o ano permaneceu em 4,46, enquanto houve queda da expectativa da inflação para 2024 (de 3,91% para 3,93%). Para 2025 e 2026 mantiveram-se estáveis as previsões de 3,5%, por 23 e 26 semanas consecutivas, respectivamente. A média do PIB 2023 em 2023 permaneceu em 2,92%, enquanto a projeção para 2024 continuou em 1,52%. Ainda, o mercado financeiro manteve a expectativa para a taxa básica de juros da economia, a Selic, em 9% para 2024, assim como a projeção para a taxa de câmbio do dólar em 2024, que permaneceu em R\$ 5. Para 2025, houve queda da projeção de R\$5,10 para R\$ 5,05; e para 2026 permaneceu pela segunda semana consecutiva a expectativa de R\$ 5,10.

MJSP

Ministério da Justiça e Segurança Pública

Agenda internacional

- ✓ Tóquio (Japão) – “*Enhancing Policy and Practice in the Field of Crime Prevention and Criminal Justice: Management of Correctional Institutions in the 21st Century - with a focus on the Mandela Rules*”

MPO

Ministério do Planejamento e Orçamento

Agenda da ministra – **Simone Tebet** será substituída pelo secretário-executivo **Gustavo Jose de Guimaraes e Souza** até o dia 4 de janeiro.

Poder Legislativo

Congresso Nacional

O **Congresso Nacional** se encontra em **recesso legislativo**. A previsão é que os parlamentares retomem as atividades em **2 de fevereiro de 2024**. Nesse período, uma Comissão Representativa de parlamentares fica de sobreaviso para situações emergenciais.

Política

Pacheco quer reunir líderes e analisar MP para decidir sobre sua tramitação. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, divulgou na sexta-feira (29) nota à imprensa sobre a MP 1.202/2023, editada pelo governo federal após a promulgação da Lei 14.784, de 2023, que prorroga para até o final de 2027 a desoneração da folha salarial para 17 setores da economia. Segundo Pacheco, há a necessidade de "análise técnica" da proposta e também de discussão com os líderes partidários antes de decidir se a MP segue ou não tramitando no Congresso. Proposta pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a medida provisória visa limitar a desoneração e aumentar a arrecadação federal, que será impactada pela prorrogação do benefício, instituído em 2012 e prorrogado sucessivamente desde então. Para tanto, altera algumas regras da desoneração da folha de pagamentos de que trata a nova lei, que teve origem no PL 334/2023, que havia sido vetado totalmente (VET 38/2023) pela Presidência da República depois de aprovado por Câmara e Senado. Fonte: Agência Senado

1º ano de Lula 3 termina com base de apoio instável na Câmara. A bancada de integrantes da Câmara dos Deputados iniciará 2024 com menos partidos do que em 2023. Siglas que não atingiram a cláusula de desempenho nas eleições recorreram a incorporações e fusões para sobreviver. Neste ano, os partidos maiores, em especial os do Centrão, manterão a influência sobre a pauta e nas negociações com o governo. Neste cenário, a base de apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ainda é incerta e depende da articulação pauta a pauta, mesmo com 11 siglas tendo representantes na equipe ministerial do governo. O Executivo conseguiu a aprovação de propostas relevantes na área econômica, mas precisou fazer concessões e negociar até a reta final de cada votação. Fonte: Poder 360

No Senado, 1º ano de Lula 3 termina com base de apoio insatisfeita. A bancada de integrantes do Senado Federal iniciará 2024 com menos partidos do que em 2023. O Cidadania, que em 2023 tinha 1 representante na Casa Alta, agora não tem mais nomes depois que Alessandro Vieira (SE) foi para o MDB. O Pros, incorporado ao Solidariedade em fevereiro do ano passado, também tinha uma vaga, mas Zenaide Maia (RN) foi para o PSD. Neste ano, PSD, PL e MDB serão as maiores forças entre os senadores. Juntos, as 3 siglas somam 38 dos 81 senadores. A base de apoio do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) no Senado foi mais estável em 2023 do que a da Câmara. Mas no fim do ano passado, apoiadores do Lula estavam insatisfeitos com a articulação política do governo. Há reclamações de que há mais concessões aos deputados do que aos senadores. A falta de diálogo do Planalto também é verbalizada por líderes descontentes. Fonte: Poder 360

Novos diretores do Banco Central tomam posse na terça-feira (02). Aprovados pelo Senado em dezembro, os economistas Paulo Picchetti e Rodrigo Alves Teixeira tomam posse na terça-feira (2) como diretores do Banco Central (BC). Picchetti é o novo diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos. Teixeira assume a Diretoria de Administração. Com a assinatura do termo de posse, os dois diretores poderão participar da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), prevista para 30 e 31 de janeiro. Além da posse dos diretores, o presidente do BC, Roberto Campos Neto, anunciou um remanejamento na diretoria. Picchetti substituirá Fernanda Guardado, cujo mandato encerrou-se em 31 de dezembro. No caso da Diretoria

de Administração, a diretora Carolina de Assis Barros foi remanejada para a Diretoria de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta. Ela substituiu o ex-diretor Maurício Moura, cujo mandato encerrou-se em 31 de dezembro. Fonte: Agência Brasil

Lula poderá indicar 14 nomes para agências reguladoras em 2024. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) poderá fazer pelo menos 14 indicações para diretorias de agências reguladoras até o final de 2024. Com o Centrão de olho em mais cargos no governo, as novas vagas nas entidades de regulação devem entrar na disputa em troca de apoio no Congresso. O levantamento foi feito pelo Poder360 com base no encerramento dos mandatos de 10 diretores das agências federais no próximo ano. Também considera 4 cargos de diretor das agências federais que terminaram 2023 vagos – eram 5 até novembro, mas em dezembro foi feita nomeação para a ANM (Agência Nacional de Mineração). Todas as 11 agências reguladoras federais são formadas por uma Diretoria Colegiada (ou Conselho Diretor), órgão responsável pelas decisões de cada entidade. Na maioria dos casos, esses colegiados são formados por 5 integrantes, sendo 4 diretores e 1 diretor-presidente. São indicados pelo presidente da República e precisam ter o nome aprovado pelo Senado. Fonte: Poder 360

Economia

Haddad diz que reforma do imposto de renda deve ficar para 2025. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que a reforma do IR (imposto de renda) deve ficar para 2025. Segundo o ministro, as eleições municipais, marcadas para 6 de outubro, causam um “problema de janela que terá que ser avaliado pela política”. As declarações foram dadas em entrevista exclusiva ao O Globo, publicada na 3ª feira (2.jan.2024). Na ocasião, Haddad disse que a questão do imposto de renda estará na agenda de 2024 pela reforma tributária porque a emenda “colocou um prazo” para o governo apresentar uma proposta. “Nós temos uma carga tributária sobre o consumo desproporcionalmente maior do que sobre a renda e o patrimônio. Do meu ponto de vista, essa reforma deve viabilizar a redução da carga sobre o consumo, o que permitiria uma alíquota de IVA menor. Tributa mais a renda, diminui o peso sobre o consumo e o efeito fica neutro sobre a carga tributária total”, disse. Fonte: Poder 360

Salário mínimo de R\$ 1.412 entra em vigor na segunda-feira (01). A partir de segunda-feira (1º), o salário mínimo oficial será de R\$ 1.412. O valor, que será pago a partir de fevereiro referente à folha de janeiro, é 6,97% maior que o salário de R\$ 1.320, que vigorou de maio a dezembro de 2023. Aprovado no Orçamento Geral da União de 2024, o valor de R\$ 1.412 corresponde à inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses terminados em novembro, que totalizou 3,85%, mais o crescimento de 3% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. Enviada pelo governo em maio, a medida provisória com a nova política de valorização do salário mínimo foi aprovada pela Câmara dos Deputados e pelo Senado em agosto. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o reajuste do salário mínimo beneficiará 59,3 milhões de trabalhadores e resultará em um incremento da renda anual no montante de R\$ 69,9 bilhões. A entidade estima que o governo – União, estados e municípios – arrecadará R\$ 37,7 bilhões a mais por causa do aumento do consumo atrelado ao salário mínimo maior. Ao descontar a inflação pelo INPC, o salário mínimo terá ganho real de 5,77% em relação a maio de 2023, quando passou a vigorar o mínimo de R\$ 1.320. Se considerar o salário mínimo de R\$ 1.302, que vigorou de janeiro a abril, o ganho seria menor, de 4,69%. Isso porque o INPC, índice que mede a inflação das famílias de menor renda (até cinco salários mínimos), estava mais alto no início de 2023. Fonte: Agência Brasil

Executivo publica medida provisória que limita desoneração da folha. Foi publicada no Diário Oficial da União na sexta-feira (29) a MP 1.202/2023, editada na quinta-feira (28) pelo governo federal após a promulgação da Lei 14.784, de 2023, que prorroga para até o final de 2027 a desoneração da folha salarial para 17 setores da economia. A medida provisória visa limitar a desoneração e aumentar a arrecadação federal, que será impactada pela prorrogação do benefício, instituído em 2012 e prorrogado sucessivamente desde então. Para tanto, a MP altera algumas regras da desoneração da folha de pagamentos de que trata a nova lei, que teve origem no PL 334/2023, que havia sido vetado totalmente (VET 38/2023) pela Presidência da República depois de aprovado por Câmara e Senado. De autoria do senador Efraim Filho (União-PB), o projeto teve o veto derrubado pelo Congresso e foi promulgado em seguida. O autor afirmou que a medida é um equívoco e sugeriu que o Parlamento devolva a MP para o Executivo, sem analisá-la. Em sua avaliação, a medida pode reduzir benefícios, elevar a carga tributária e trazer insegurança jurídica para as empresas. Fonte: Agência Senado

Com MP da reoneração, Haddad espera manter déficit zero em março. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, espera que a meta de zerar o déficit primário em 2024 seja mantida em março. Com a edição da MP (Medida Provisória) 1.202, de 2023, vai reonerar 17 setores da economia brasileira a partir de abril, além de sustar a redução de alíquota previdenciária de 20% para 8% sobre o salário do funcionalismo para os municípios com até 156.216 habitantes. A medida também limita a compensação de créditos tributários obtidos por empresas por meio de decisão judicial e extingue até 2025 os benefícios tributários concedidos às empresas de promoção de eventos por meio do Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos). Fonte: Poder 360

Sem vetos, Lula sanciona MP da subvenção. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) sancionou, sem vetos, a MP (medida provisória) que altera as regras de subvenções para grandes empresas. O texto foi aprovado pelo Senado em 21 de dezembro e a sanção foi publicada em edição extra do Diário Oficial da União de 6ª feira (29.dez.2023). A medida determina regras mais rígidas para as subvenções, deixando mais difícil para as empresas pagarem menos impostos. Segundo nota do Ministério da Fazenda, “a nova legislação vai corrigir distorções no sistema tributário brasileiro, especialmente no que diz respeito à redução do pagamento de tributos federais”. Uma lei federal (160 de 7 de agosto de 2017) permitiu aos Estados conceder uma redução na base de cálculo de impostos. Empresas começaram a colocar todo tipo de despesa na contabilidade. Assim, a base para cobrar taxas ficava menor. A União, por tabela, passou a arrecadar menos. É isso que agora será alterado. A proposta afeta os subsídios às grandes empresas, em especial no Sul e no Sudeste. Fonte: Poder 360

Autorregularização de dívidas com a Receita Federal começa na terça (02). A partir de terça-feira (2) até 1º de abril, os contribuintes com pendências com o Fisco poderão quitar as dívidas tributárias sem multa, nem juros. Começou o prazo de adesão ao programa Autorregularização Incentivada de Tributos, criada pela Lei 14.740, sancionada em novembro de 2023. Ele permite que os contribuintes admitam a existência de débitos, paguem somente o valor principal e desistam de eventuais ações na Justiça em troca do perdão dos juros e das multas de mora e de ofício e da não realização de autuações fiscais. Tanto pessoas físicas como jurídicas podem participar do programa, desde que confessem a dívida. A dívida consolidada pode ser quitada com desconto de 100% das multas e dos juros. O contribuinte pagará 50% do débito como entrada e parcelará o restante em 48 meses. Quem não aderir à autorregularização pagará multa de mora de 20% do valor da dívida. A adesão pode ser pedida no Centro Virtual de Atendimento da Receita Federal (e-CAC). Se o requerimento for aceito, a Receita considerará que houve confissão extrajudicial e irrevogável da dívida. Somente débitos com a Receita Federal podem ser autorregularizados. O programa não abrange a dívida ativa da União, quando a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional passa a cobrar o débito na Justiça. Fonte: Agência Brasil

Presidente Lula sanciona LDO de 2024 com vetos e meta fiscal zero. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, com vetos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024. A medida foi publicada no Diário Oficial da União de terça-feira (2). O texto, aprovado pelo Congresso (foto) em 19 de dezembro, traz orientações para a elaboração do Orçamento de 2024 e fixa parâmetros para a alocação de recursos para garantir a realização das metas e objetivos contemplados no Plano Plurianual (PPA). Entre as diretrizes, está a meta de déficit primário zero para este ano, ou seja, os gastos federais não podem superar o somatório da arrecadação com tributos e outras fontes. Para cumprir a meta fiscal, o governo precisa obter R\$ 168 bilhões em receitas extras em 2024. A LDO também prevê um teto de R\$ 4,9 bilhões para o Fundo Eleitoral, que poderá ser utilizado pelos partidos políticos em gastos com as eleições municipais de 2024. Na sequência à apreciação da LDO, os parlamentares também aprovaram, em 22 de dezembro, o projeto da lei orçamentária para este ano, que prevê despesas de R\$ 5,5 trilhões. Tradicionalmente a votação da Lei Orçamentária Anual (LOA) é a última atividade do Legislativo antes do início do recesso, já que os parlamentares devem fechar o ano com o orçamento para o próximo ano aprovado. Fonte: Agência Brasil

Lula veta trecho da LDO que blindava parte das despesas de contingenciamento. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) vetou trecho da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024 que protegia 17 despesas do contingenciamento obrigatório de gastos em caso de risco de descumprimento da meta fiscal. A decisão consta na edição do "Diário Oficial da União" de terça-feira (2). O veto foi uma recomendação dos ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento. As pastas argumentam que o dispositivo contraria o interesse público, porque poderia dificultar a gestão orçamentária e a busca por zerar o déficit primário neste ano. "Ao ressaltar um grande conjunto de itens, tornaria o orçamento ainda mais rígido e poderia dificultar a gestão orçamentária e financeira da União. Além disso, poderia trazer dificuldades para as metas fiscais traçadas por este Projeto de Lei e também para as regras definidas pela Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto 2023 (novo arcabouço fiscal)", argumentam os ministérios. Fonte: Valor Econômico

Secretaria propõe foco em 'qualidade' do gasto. Em uma gestão conhecida por buscar o ajuste fiscal sobretudo pelo lado das receitas, a Secretaria de Avaliação e Monitoramento de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos, do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) é para onde se voltam parte das expectativas sobre medidas que resultem em revisão de gastos. Entretanto, embora este também seja objetivo, a prioridade dos trabalhos passou a buscar a eficiência dos programas e dos recursos empregados. "É muito menos fiscal e muito mais de aumento da qualidade dos gastos", diz o chefe da secretaria, Sérgio Firpo. "A avaliação ajuda a repensar prioridades. Nosso lema, inclusive, é 'revisar para repriorizar'". A preocupação é garantir que orçamento consiga aos poucos reduzir a inércia orçamentária, que não tem somente a ver com pressão dos gastos obrigatórios, mas também com certa falta de cultura de repensar os gastos anualmente. Mas existem uma série de políticas novas, inovadoras e inclusivas, que muitas vezes não têm financiamento adequado", comenta. Fonte: Valor Econômico

Em resposta a Haddad, Lindbergh diz que governo adota 'política dura de austeridade'. O deputado Lindbergh Farias (PT-RJ), vice-líder do governo no Congresso, reagiu às declarações do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e criticou a condução do governo federal na economia, em especial a definição da meta de zerar o déficit fiscal em 2024. O deputado do PT disse, em mensagem publicada nas redes sociais, que a pasta da Fazenda adota "uma política dura de austeridade que não foi apresentada em momento algum da campanha presidencial". O parlamentar também disse que limitar o gasto público pode prejudicar eleitoralmente os planos do PT. "Nesse quadro, optar por uma 'austeridade fiscal' pode ter impacto forte no crescimento em 2024 com cortes no PAC, orçamento das universidades, institutos federais etc. e comprometer a popularidade e a governabilidade do Lula no Congresso", escreveu o parlamentar. Fonte: Valor Econômico

Haddad menciona em entrevista ao jornal projeto para diminuir volatilidade do dólar. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ao jornal O Globo que o governo federal estuda um projeto para diminuir a

volatilidade do dólar. “Queremos implementar um projeto para diminuir a volatilidade do dólar, um instrumento do Tesouro para atrair investimentos externos, uma espécie de hedge cambial, associado a projetos de transformação ecológica”, citou, entre as prioridades para o ano de 2024. O ministro disse ainda que o governo precisa monitorar as medidas para cumprir o arcabouço fiscal e implementar a reforma tributária. Fonte: InfoMoney

Sancionada lei que ratifica prazo para incentivos da Zona Franca de Manaus até 2074. Foi sancionada na quinta-feira (28) a Lei 14.788, de 2023, que iguala a data de vigência dos benefícios fiscais da Zona Franca de Manaus (ZFM) à data prevista na Constituição Federal. A lei é decorrente do PL 2.673/2019, da Câmara, aprovado pelo Senado no dia 20 de dezembro. A sanção foi publicada no Diário Oficial da União na sexta-feira (29). O texto, do deputado Capitão Alberto Neto (PL-AM), havia sido aprovado pela Câmara em 19 de dezembro e seguido para o Senado em regime de urgência. Relatado pelo senador Omar Aziz (PSD-AM), o projeto estabelece a extinção dos benefícios em 2074, mesma data determinada pela Constituição para esse regime fiscal diferenciado. Emenda promulgada em 2014 havia prorrogado a vigência da Zona Franca de Manaus por 50 anos a partir de 2023, quando se encerrariam os benefícios fiscais da área. Já a Lei 9.532, de 1997, alterada pelo projeto, previa que os incentivos se encerrariam em 2024. Fonte: Agência Senado

Último Foco

Lula sanciona com vetos alterações na Lei de Licitações e Contratos. O presidente Lula sancionou, no último dia 22, a Lei 14.770, de 2023, que promove alterações na Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133, de 2021). A nova lei, sancionada com vetos (VET 46/2023), decorre do PL 3.954/2023, de iniciativa da senadora Tereza Cristina (PP-MS) e aprovado no Senado no início do mês passado, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). Na Câmara dos Deputados, o texto foi aprovado no último dia 30 de novembro e enviado à sanção. Um dos objetivos da proposta é facilitar alterações em convênios, que são acordos feitos sem licitação, firmados entre a administração pública e entidades sem fins lucrativos para a realização de objetivos comuns. Hoje os convênios não têm normas específicas, mas utilizam regras da lei quando há correspondência. Para Tereza Cristina, alterações em convênios acabam dificultadas por normas infralegais com muitas exigências. A nova lei também permite o uso de títulos de capitalização como garantia na contratação de obras e serviços pelo poder público. O texto ainda permite que um município use as atas de registro de preços produzidas por outro. Antes da atual lei, somente era autorizado aos municípios aderir às atas de órgãos federais, estaduais e distritais, mas não de outros municípios. Fonte: Agência Senado

Bandeira tarifária da conta de luz continuará verde em janeiro. A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) divulgou na 6ª feira (29.dez.2023) que a bandeira tarifária de energia elétrica continuará verde em janeiro de 2024. Isso significa que não haverá cobrança adicional na conta de luz. A bandeira verde está vigorando desde abril de 2022, chegando ao 21º mês consecutivo sem cobrança adicional. A manutenção do patamar se deve às condições favoráveis de produção de energia no país apuradas até o final de 2023. O diretor-geral da Aneel, Sandoval Feitosa, afirmou que a decisão para o início do ano “confirma as boas condições de energia no país e permite que o consumidor passe a ter um consumo mais consciente, ao conhecer o custo real da energia”. Fonte: Poder 360